

Universidade Federal do Ceará

TEMAS DO NORDESTE

2

**Problemas e
Perspectivas do Nordeste
e do Estado do Ceará**

LÚCIO ALCÂNTARA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

VICE-REITOR

Prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto

PRÓ-REITORES:

PLANEJAMENTO

Prof. Faustino de Albuquerque Sobrinho

ADMINISTRAÇÃO

Prof. Júlio Maria Lima Araújo

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. José Tarquínio Prisco

DE GRADUAÇÃO

Prof. Raimundo Alberto Normando

EXTENSÃO

Prof. Pedro Paulo de Souza Montenegro

ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Raimundo Holanda Farias,

**Problemas e
Perspectivas do Nordeste
e do Estado do Ceará**

Universidade
Federal do Ceará
Temas do Nordeste

2

**Problemas e
Perspectivas do Nordeste
e do Estado do Ceará**

Lúcio Alcântara

Prof. da Universidade Federal do Ceará
e Prefeito Municipal de Fortaleza

Fortaleza Ceará 1982

Coleção

Temas do Nordeste 2

Esta Coleção está aberta à participação de quantos, nos diversos campos do conhecimento, estejam preocupados com os problemas do Nordeste. As contribuições poderão ser enviadas para: Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2853 - Benfica - 60.000 Fortaleza-Ce.

Editor:

Prof. Marcondes Rosa de Sousa

Apresentação

Dentro do programa elaborado pelo Centro Industrial do Ceará, para o estudo e debate de problemas nacionais com reflexos na nossa região, mais especificamente no nosso Estado, o Doutor Lúcio Alcântara, Professor da Universidade Federal do Ceará e Prefeito Municipal de Fortaleza, proferiu o presente trabalho, de inequívoca oportunidade e de expressiva importância.

Aqui se encontra uma análise lúcida e serena sobre questões relevantes do Nordeste, em que se levantam as linhas de força da nossa problemática.

Somando conhecimentos acumulados ao longo do tempo, em estudos, pesquisas e vivências enriquecidos pela sua experiência no magistério e na administração, em vários destacados cargos que exerceu — Secretário de Saúde em dois Governos, Secretário para Assuntos Municipais e Prefeito da nossa cidade — o Professor Lúcio Alcântara oferece aqui uma contribuição extremamente valiosa para o equacionamento das nossas questões vitais.

Identificando perspectivas e apontando caminhos para as soluções adequadas, o autor faz uma colocação exata na abordagem de aspectos fundamentais da indústria, do comércio, da agricultura, da economia. A livre iniciativa, as empresas estatais, o crescimento e os desequilíbrios decorrentes de uma

série de fatores antigos ou emergentes, a alimentação, a habitação são considerados, em termos objetivos, conduzindo à conclusão sobre a necessidade de “repensar” o Nordeste, ao mesmo tempo em que apresenta sugestões exequíveis, enfatizando a necessidade do desenvolvimento social e da promoção do homem, como base para a melhoria do bem-estar imediato da população.

Adotando uma filosofia básica para correção das distorções sociais, assinala a possibilidade de se dar início à discussão sobre um modelo alternativo de desenvolvimento para o Estado, apoiado em campos estratégicos de atuação.

Um trabalho de grande atualidade e de indiscutível significação, que a Imprensa Universitária do Ceará edita.

PROF. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO
Reitor da Universidade Federal do Ceará

Considerações Preliminares

1.1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, trazemos aos integrantes do Centro Industrial do Ceará — CIC — nossa sincera admiração e o mais profundo respeito por estarem tornando rotineira a prática salutar do livre debate sobre as questões mais relevantes do momento nacional e do âmbito do nosso Estado.

Estas promoções do CIC, envolvendo a participação de lideranças políticas e empresariais, são de uma importância transcendental, pois oferecem-nos elementos que enriquecem nossa capacidade de compreensão e equacionamento dos problemas de nossa comunidade e do nosso País.

No caso particular deste ciclo de debates, concentrado na problemática cearense, vem-nos um sentimento de confiança nas possibilidades efetivas de emancipação do Estado, ao constataremos o surgimento auspicioso desse significativo grupo de líderes e empresários dos diversos setores econômicos, todos preocupados em participar da definição dos caminhos que devem nortear o desenvolvimento do Ceará.

Neste momento, sentimo-nos na obrigação de lembrar que reuniões como esta são hoje possíveis graças ao processo de redemocratização, encetado pelo Presidente João Figueiredo, que está dando ao povo brasileiro o direito de decidir sobre o futuro do País.

É com este espírito de abertura democrática, consubstanciada em realizações como esta, que, acreditamos, devemos atuar, conscientes do nosso papel na História deste imenso País, e, mais particularmente, do nosso Estado.

1.2. O TEMA E O EXPOSITOR

Pediram-nos os senhores diretores do CIC que abordássemos, nesta oportunidade, o tema relacionado com os problemas que mais nos afligem e que têm exigido toda a habilidade política e a maior obstinação dos nossos governantes. E, identificadas as linhas mais ponderáveis dessa problemática, sugerem que apontemos alguns caminhos que nos levem a obter conquistas, se não inteiramente satisfatórias, pelo menos mais promissoras.

Se, aqui, nos encontramos para falar sobre as perspectivas do Nordeste e do Ceará para os próximos anos, devemos esta circunstância, possivelmente, a um longo aprendizado na vida pública, pela nossa condição de professor universitário e pela experiência acumulada no exercício de Secretário de Saúde em dois Governos, de Secretário para Assuntos Municipais e, atualmente, de Prefeito da Cidade de Fortaleza. Efetivamente, tudo isso tem contribuído para alargar a nossa visão dos problemas regionais e, especialmente, do Ceará, justificando, certamente, o convite para aqui darmos o nosso depoimento e a nossa contribuição, em torno dos problemas que nos angustiam e para os quais a comunidade exige resposta imediata.

Se a realidade é a mesma e a situação é a que todos conhecemos, seria realizar obra de ficção arquitetada um quadro diferente do já diagnosticado pelos conferencistas que nos antecederam neste importante ciclo de debates. E, tendo em vista a correta identificação dos problemas fundamentais da região e do nosso Estado, somente na maneira de enfocá-los ocorrerão possíveis divergências, entrando, aí, as idéias pessoais de cada um sobre a terapêutica para esses males. Dessa forma, quaisquer que sejam as medidas indicadas para reduzir a nossa vulnerabilidade e aos desafios que nos cercam, não deixará de ser uma contribuição a mais para o fortalecimento da economia estadual e para a melhoria das condições de vida da população do Ceará.

Inclinamo-nos, de logo, a ressaltar que estes resultados devem ser perseguidos, independentemente de qualquer injunção política, de quaisquer posições partidário-ideológicas, resguardando-se, para tanto, a formação de uma corrente geral de participação ativa e conseqüente da comunidade.

Estamos convencidos de que, somente através de uma ampla mobilização das classes representativas da sociedade, poderemos conceber decisões objetivas, consistentes e eficazes, todas com condições de serem encaminhadas politicamente, respaldadas no poder constituído.

Feitas estas considerações preliminares, a partir de agora tentaremos descortinar o horizonte de opções que vislumbramos no início da década de 80.

Como premissa básica, impõe-se que preservemos a economia de livre mercado que exercemos, com a defesa da livre iniciativa e do lucro legítimo, garantindo o espaço da iniciativa privada, onde ela possa exercer com eficácia o seu papel de produção e prestação de serviços, inclusive protegendo-a contra a concorrência de empresas estatais, quando essa concorrência lhe possa ser prejudicial.

Estamos conscientes, contudo, de que esta economia de livre mercado, provocando geralmente a criação de pólos ou centros dinâmicos, compostos de núcleos de maior potencialidade, é, em parte, responsável pelas desigualdades regionais constatadas.

Isso porque para esses núcleos tendem a convergir os recursos e fatores de áreas circunvizinhas.

Num plano mais amplo, se é verdade que, segundo alguns estudiosos, dentro da economia de livre mercado a que aludimos, os desequilíbrios regionais são inevitáveis, cabe-nos envidar esforços e procurar caminhos para mantê-los dentro de limites aceitáveis, criando-se alternativas para os diferentes contextos geográficos e evitando-se o processo de retenção excessiva do dinamismo econômico numa determinada área da região ou do Estado.

Entretanto, a análise da evolução da política governamental em relação ao Nordeste permite identificar contradições, conflitos e paradoxos que explicam, suficientemente, o limitado rendimento dos esforços de promoção do desenvolvimento regional. São justamente as distorções emanadas da inconsistência desses esforços que estão a gerar pressões sociais extremamente preocupantes, o que deverá induzir a uma mudança da política adotada, sob pena de termos que enfrentar conseqüências imprevisíveis.

O momento é, portanto, de reflexão e desprendimento, exigindo a união de empresários, políticos, religiosos, estudantes, operários, camponeses, jornalistas, enfim, de toda a comunidade.

Hoje, as próprias elites brasileiras chegaram a um consenso de que o estilo de desenvolvimento que se impõe ao país, em vez de estabelecer o equilíbrio que todos desejavamos, concorreu para produzir desigualdades sociais e regionais, que se traduzem no fosso cada vez mais profundo entre uma minoria

privilegiada e uma considerável massa urbana e rural e, em nosso caso, entre um Nordeste pobre e marginalizado e um centro-sul a concentrar os meios de produção de riqueza e de fruição dos bens sociais.

Todavia, é animador verificar que hoje existe uma preocupação no sentido de reorientar o estilo de desenvolvimento atual, abrangendo novos e mais amplos segmentos expressivos da sociedade brasileira. Deve-se evitar, nesse passo, que a racionalidade econômica venha a prevalecer sobre o social, e lutar para que este processo de desenvolvimento esteja intrinsecamente vinculado ao bem-estar social do nosso homem, razão maior dessa luta e para o qual deverão estar voltadas todas as funções do Estado.

Promoções como esta do CIC vêm comprovar essa intenção de mudança no encaminhamento do processo desenvolvimentista em curso e nos estimulam a dar nossa contribuição ao exame da problemática cearense.

Antes, porém, de entrarmos, mais especificamente, na discussão dos problemas e na filosofia de ação que consideramos primordial em qualquer ação de governo que se promova no Ceará, começá-riamos por fazer algumas ligeiras considerações concernentes a aspectos relativos aos processos recentes de desenvolvimento, verificados no Brasil e no Nordeste.

Considerações Gerais sobre a Problemática da Região Nordeste

2.1. CRESCIMENTO X DESEQUILÍBRIOS SOCIAIS

É indiscutível que o processo de desenvolvimento desencadeado a partir de 1964 elevou, substancialmente, os níveis econômicos gerais do País.

Se compararmos o Nordeste de 1960 com o de 1980, somos levados a reconhecer que esta região experimentou uma sensível mudança nestes últimos vinte anos. Essa alteração se acha evidenciada nas altas taxas de crescimento, cerca de 6,8% ao ano, e pode ser comprovada pela evolução de estatísticas setoriais ou pelos indicadores conjunturais.

Entretanto, esse quadro evolutivo, que gerou euforia nos anos 60, passou a inquietar ao final desses vinte anos, à medida em que se constata que esse crescimento não retirou do Nordeste a condição de ser, ainda, a mais extensa e populosa região subdesenvolvida do mundo ocidental e que as políticas governamentais, postas em prática, não conseguiram diminuir o hiato que existe entre o Nordeste e o resto do País, tendo, ao contrário, aumentado o

desnível entre esta região e outros grandes centros do Brasil. A prova disso está na participação da renda *per capita* do Nordeste em relação à do País, que, de 40,2% em 1949, decrescia para 35,1% em 1978.

Constitui destaque o fato de que o crescimento observado, a partir de 1960, não foi benéfico à maioria dos residentes da região, sobretudo em termos de renda e de emprego, induzindo à configuração de elevadas taxas de desemprego disfarçado e de sub-emprego, situação que está a reclamar soluções inadiáveis, notadamente por seus reflexos diretos sobre as condições de vida da população, nos campos nutricional, educacional e da saúde, de uma forma geral.

Exemplificando, as expectativas de vida exprimem que uma pessoa, sujeita desde o seu nascimento às condições de mortalidade do Nordeste, sobrevive 12 anos menos do que se fosse exposta às condições de mortalidade do Sudeste.

Neste campo, vale ainda exemplificar a participação do Nordeste no total nacional dos gastos, nos setores sociais, situou-se em torno de 11%, no período de 1970 a 1974. Durante esses anos, a participação do Sudeste oscilou em torno de 2/3 da soma nacional de gastos da categoria. Esses dados evidenciam que não se intentou reduzir as disparidades interregionais por intermédio de políticas de dispêndio em setores sociais.

A essas disparidades e problemas juntam-se, agora, as inquietações sociais na região, geradas pela seca e por uma desaceleração da economia nacional.

Analisando-se a evolução do NE, nos últimos 20 anos, à luz das iniciativas tomadas para a sua promoção, identificam-se alguns fatores causais da manutenção deste quadro negativo, tanto no âmbito de enfoques básicos destas iniciativas como em

distorções em setores estratégicos, tais como o da indústria e da agropecuária.

Estudos recentes do BNB, SUDENE e de técnicos, como Celso Furtado, entre outros, apontam como a principal causa das distorções, atualmente apresentadas pela região, um erro básico de enfoque. É que as políticas de desenvolvimento para o Nordeste, geralmente inspiradas de fora para dentro, vieram reproduzir um padrão de desenvolvimento prevalecente no Centro-Sul do Brasil, pouco tendo a ver com a realidade nordestina.

A reprodução desses padrões de consumo, inconciliável com a dotação de recursos de nossa região, além de implicar numa maior concentração de renda, induziu a coletividade a arcar com formidáveis investimentos infra-estruturais, destinados a assegurar esses padrões de consumo.

Com relação ao setor industrial, por exemplo, considerado "carro chefe" do desenvolvimento nordestino no início dos anos sessenta, as relações estruturais que vieram a prevalecer fizeram com que a industrialização nordestina operasse, basicamente, como um prolongamento do desenvolvimento industrial do Centro-Sul e, só secundariamente, como uma resposta aos anseios da população local.

Apesar dos esforços dirigidos para esse setor, sua participação no cômputo nacional baixou de 9,4% em 1949 para 5,6% em 1970. E, no próprio Nordeste, dois terços dos investimentos se concentraram na Bahia e em Pernambuco, com 40% e 27%, respectivamente, recrudescendo, de maneira grave, acentuados desequilíbrios intra-regionais.

No que diz respeito à intenção de gerar empregos através da industrialização, o que se observou, na verdade, foi que, de 1950 a 1970, enquanto no Sudeste o pessoal ocupado em atividades industriais crescia 3,8%, no Nordeste, o índice não ia além de 1%.

As estatísticas mostram, também, que, neste período de 20 anos, o número de operários por fábrica do Sudeste, que era de 20 em 150, subia para 22,1 em 1970. No Nordeste, entretanto, de um índice de 14,1 em 1950, baixava-se para 8,9 operários por fábrica em 1970, corroborando a tese de que a atividade fabril desta região tende a evoluir para o tipo capital intensivo. Em conclusão o que se verificou, é que a geração de emprego nunca chegou a acompanhar o crescimento da indústria na forma pretendida.

Com relação ao objetivo, que se intentava atingir, da capacidade da indústria nordestina de gerar e propagar benefícios, vimos que, até julho de 1978, as empresas, que receberam incentivos fiscais dos sistemas 34-18 e/ou FINOR, adquiriram 49% de suas matérias-primas em mercados extra-regionais e, no que diz respeito à origem dos equipamentos, 96% dos mesmos foram adquiridos noutros centros mais desenvolvidos do País.

Quanto às distorções na agropecuária, a concentração de renda dentro da própria região promoveu a capitalização do setor na forma da modernização da infra-estrutura, com os investimentos sendo orientados para a satisfação dos setores mais dinâmicos da demanda, como por exemplo os cultivos de exploração do tipo cana-de-açúcar e cacau e, para a pecuária, com repercussões negativas no emprego rural.

O setor agrícola, produtor de alimentos para a massa da população, entrou em estagnação, declinando em produtividade, basicamente, devido à baixa participação que lhe foi propiciada no acesso ao crédito institucional. Em 1970, dos estabelecimentos agrícolas com menos de 20 ha, que são a grande maioria, apenas 1,8% conseguiu apoio creditício, enquanto 20% dos empreendimentos agrícolas com mais de 500 hectares obtiveram financiamento através de bancos oficiais e privados.

Se na agricultura não se promoveu a oferta de empregos a nível de evitar ou pelo menos atenuar o êxodo rural e na indústria não se favoreceu, também, a absorção desta população, pode-se bem antever graves conseqüências no meio urbano da região, em termos de marginalização social de grandes contingentes populacionais que, para ali, convergem.

2.2. UMA NOVA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Observa-se, assim, que é necessário “repensar” o Nordeste, em virtude do insucesso relativo da política posta em prática.

Algumas sugestões de políticas, a seguir apresentadas, a nível dos principais setores, visam, portanto, à redução da pobreza regional, do desemprego e das desigualdades sociais, contrapondo-se ao estilo de desenvolvimento até agora prevalecente, que, de certo modo, favorece a eficiência do sistema produtivo em detrimento do social.

Em termos de grandes linhas, as recomendações procuram obter a melhoria das condições de vida das populações do Nordeste, especialmente das camadas de baixa renda.

A ênfase, portanto, deve ser no sentido do desenvolvimento social e da promoção do homem, como base para a melhoria do bem-estar imediato da população em geral.

Não se deve, entretanto, alimentar ilusões. Os problemas que pesam sobre o Nordeste de nossos dias, dificilmente, serão equacionados, de forma efetiva, sem que se tome medidas básicas, visando a provocar alterações profundas no quadro econômico-social.

A viabilidade da ação, orientada neste sentido, se vincula, por sua vez, à mudança no esquema de forças componentes do poder, de modo que haja

maior grau de representatividade dos interesses predominantes no conjunto da sociedade.

Dentre as medidas que sugerimos, vemos como viáveis propostas recentes de trabalhos de órgãos regionais, como a SUDENE e o BNB, e de estudiosos, como Celso Furtado, que, depois de análises exaustivas, recomendam a transferência maciça de recursos à região, num período ininterrupto de dez anos, de, no mínimo, 1% do produto interno, em caráter suplementar às transferências atualmente realizadas. Este poderá ser o ponto básico de uma nova política de ativação das potencialidades nordestinas, que seria obtido às custas de uma redução insignificante na taxa de crescimento anual do País como um todo.

Numa ação complementar, deverão ser introduzidas modificações estruturais que produzam melhoras sensíveis nas condições de vida e na capacidade de iniciativa do trabalhador rural. Tais medidas incluiriam, também, o aumento, de forma substancial, da participação do Nordeste na atividade industrial do País, suplementando a do Centro-Sul e diminuindo a grande relação de dependência atualmente existente.

Com relação à atividade manufatureira, a meta dos estudiosos, a que nos referimos anteriormente, seria elevar a participação nordestina no País de 7% para 15 ou 20%, pretensão inteiramente viável e procedente, contanto que o Governo Federal leve a cabo efetivamente o seu projeto de descentralização industrial, carreando para o Nordeste maior volume de investimentos privados.

Com relação, ainda, a uma política industrial, acreditamos que a melhor será aquela de fortalecimento da iniciativa local, sem descartar que uma certa parte do parque industrial nordestino deverá apoiar-se em unidades modernas, eficientes, de elevado poder competitivo, capazes de concorrer com

as suas similares do Centro-Sul e de até marcar presença nos mercados do exterior.

O setor agrícola no Nordeste, por sua vez, deverá ser considerado como um dos mais importantes elementos de apoio e o governo deverá se empenhar, ao máximo, no sentido de garantir a implantação de um programa de produção de alimentos, especialmente apoiado em pequenos e médios produtores e baseado, ainda, na opção pelo social e na criação de novos empregos.

A estratégia governamental de apoio aos pequenos produtores, que, aqui, propomos, orientar-se-ia por duas principais linhas de atuação. A primeira consiste em propor mecanismos de redistribuição de terras e reestruturação agrária, através, principalmente, do crédito fundiário no apoio à organização dos pequenos produtores. A segunda linha, por sua vez, fundamenta-se na adoção de estímulos de mercado (créditos, preços mínimos, seguro rural), que viabilizem mudanças na estrutura agrária, no contexto de uma economia de mercado, onde se caminhe para a ampliação quantitativa e qualitativa de sua base social.

Qualquer que seja o tipo de guinada que se pretenda dar, far-se-á necessária a mobilização das forças políticas das elites empresariais, não só pela responsabilidade que lhes cabe, naturalmente, no contexto social, mas, também, pelo fato de estas duas classes co-participarem intensamente dos impasses ao crescimento econômico da região e das frustrações, que angustiam os segmentos mais carentes da sociedade.

O Ceará e suas Perspectivas de Desenvolvimento

3.1. A GRAVE PROBLEMATICA CEARENSE

Meus Senhores,

Se nos alongamos, até aqui, na análise das distorções nordestinas e de propostas para a sua superação, é porque o Ceará se encontra inserido nesta região e aqui se reproduzem, na mesma escala, as vantagens e os problemas, ora considerados.

Analisando a evolução mais recente de nosso Estado, observamos momentos auspiciosos de nossa economia, fruto do desempenho de administrações lúcidas e equilibradas, que, em articulação com lideranças políticas e empresariais, procuraram implantar novas alternativas de desenvolvimento, na luta contra as adversidades geográficas e institucionais.

O Governador Virgílio Távora, por exemplo, sob cujo comando trabalhamos como Prefeito de Fortaleza, está implantando uma série de pré-requisitos ao desenvolvimento, com vistas a mudar o perfil econômico do Ceará, reduzindo sua dependência do setor primário, aumentando a participação do setor

industrial na economia, através da instalação do 3.º Pólo Industrial do Nordeste, incentivando a pesquisa e exploração mineralógica, bem como dando total apoio ao artesanato, ao turismo e à pequena irrigação.

Apesar dessas expressivas realizações e de sensíveis mudanças patrocinadas pelo Poder Público, persistem sérias distorções no Estado, embora reconheçamos que algumas possam estar a caminho da reversão.

No início do atual governo, por exemplo, a situação do Ceará foi estudada por um grupo de técnicos, que, dentre as várias distorções básicas, identificou um reduzido dinamismo na economia cearense e relativa tendência de esvaziamento do Ceará em relação a outros Estados brasileiros. Além disso, constatou-se que a economia cearense possuía alto grau de vulnerabilidade a fatores naturais e artificiais, devido, principalmente, à insuficiente diversificação da estrutura produtiva, ao baixo nível de integração econômica e à forte dependência à economia do País.

No que diz respeito à defasagem do nosso Estado, face ao avanço de outros Estados da Região, reconheceu-se que o Ceará era uma das únicas unidades federadas da região que não contava com um investimento de comprovado poder multiplicador, especialmente apoiado em recursos federais.

Mas, o que se reputava mais grave era o fato de que o Ceará continuava sendo um dos Estados mais pobres da Federação, com uma renda *per capita* que, em 1970, superava apenas à do Piauí e Maranhão, com o agravante de, à primeira vista, esses Estados terem potencialidades naturais maiores do que o Ceará.

Acrescente-se, ainda, que a renda do cearense, além de concentrada, representava, em 1970, cerca de 83% da renda média do nordestino e menos de 1/3 da renda média do brasileiro.

Ainda, no tocante aos desequilíbrios intra-estaduais gerados, ressaltou-se o problema da concentração exagerada da população e das atividades econômicas em Fortaleza.

Em termos demográficos, o Censo de 80 indicaria Fortaleza crescendo, ainda, a uma taxa de 4,3% por ano e concentrando 25% do total da população do Estado e 51% de sua população urbana.

Em termos de concentração econômica no Estado, Fortaleza gerava quase 70% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ceará e concentrava 60% do pessoal ocupado na indústria.

No tocante à pobreza urbana, a situação era, igualmente, desalentadora. Segundo um índice geral de pobreza, que considera 15 atributos, desenvolvidos por Hamilton Tolosa, do IPEA, das 95 cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes, as cearenses ocupavam o primeiro lugar com Juazeiro do Norte, o quinto com Sobral e o vigésimo com Fortaleza, sendo que esta aparecia como a segunda Capital mais pobre do País, no que era superada, apenas, por Teresina.

Essa situação generalizada de pobreza, que se abate sobre a população cearense, se expressa numa elevada mortalidade infantil, nos baixos índices de nutrição e nos agudos *deficits* na oferta dos equipamentos e serviços de saneamento, habitação, saúde e educação, refletindo marcante distanciamento entre os resultados econômicos e os padrões sociais.

O que se observou, em conclusão, foi que os frutos do processo de desenvolvimento em nosso Estado tinham se dado de maneira extremamente desequilibrada, não conseguindo gerar um crescimento auto-sustentado, nem, tampouco, chegando a reduzir, de modo significativo, as distorções sociais existentes, tendo chegado, em alguns casos, a acentuar essas desigualdades, repetindo o caso nordestino e brasileiro e caracterizando um problema estrutural do modelo de desenvolvimento adotado.

3.2. UMA FILOSOFIA BÁSICA PARA CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES

Até agora, temos dado muita ênfase ao fato de que as distorções, emanadas das inconsistências do modelo de desenvolvimento adotado para o Nordeste, estão a gerar pressões sociais extremamente preocupantes, com reflexos sobre a **situação do Ceará**. Isso porque esse modelo contribuiu para produzir desigualdades sociais e regionais.

As mudanças previstas implicam numa decisão política de alterar o modelo, de modo a se reverter o processo de dependência da região. Porém, somos de opinião que, mesmo dentro do atual quadro, inclusive de escassez de recursos, é possível mudar e inovar.

Numa ordem de prioridades e tendo em vista a satisfação das necessidades da população, cabem, aqui, algumas indagações, notadamente sobre quais os rumos que deverá tomar uma nova política de desenvolvimento para o Ceará.

Nessa busca de novos caminhos, acodem-nos algumas interrogações: Como enquadrar o sistema produtivo e colocá-lo a serviço do progresso social? Ou, como dinamizar a nossa economia, abrindo espaço à iniciativa privada, sem permitir que a lógica dos interesses econômicos se sobreponha aos objetivos sociais do desenvolvimento?

A premissa básica é a de que o processo de desenvolvimento do Estado passe a beneficiar efetivamente a totalidade de sua população. Firmados na imaginação criadora dos cearenses, poderíamos afirmar que o desenvolvimento do Ceará poderá ser obra nossa, arquitetada por nós mesmos, definida segundo nossas próprias necessidades e tudo isso com base na vocação do trabalho e de luta do próprio homem cearense.

Para que isso não pareça figura de retórica, diríamos que a grande diretriz básica para o Estado

do Ceará seria a promoção do bem-estar imediato das populações carentes, através do atendimento de suas necessidades básicas, como habitação, saúde, alimentação e transporte, pelo uso de tecnologias simplificadas e de baixo custo.

A segunda diretriz, esta mais específica e orientada para o meio rural, seria basicamente a oferta de água, água e mais água e a disseminação de grande número de pequenos estabelecimentos agrícolas que produzissem com seca ou sem seca. Ao lado disso, propomos um programa de implantação de núcleos urbo-agrírios, onde as comunidades, devidamente organizadas, desenvolveriam atividades de industrialização de seus produtos, em forma incipiente (secagem de grãos, pré-processamento e outros), bem como procurariam satisfazer seus direitos sociais básicos. Nesse processo de mudança, a Universidade teria um papel fundamental, devendo redobrar seus esforços no campo da pesquisa e do aperfeiçoamento de nossas técnicas. Ela sairia da atitude quase passiva, que a tem caracterizado, e se dedicaria mais aos problemas reais da comunidade carente, num verdadeiro esforço de geração de uma tecnologia autóctone e de sua transferência, através do reforço das suas atividades de extensão. Concomitantemente, seria realizado um amplo trabalho, dentro do sistema, visando a uma adequada reestruturação fundiária.

Esta seria a filosofia básica do que acreditamos seja o melhor para o nosso Estado, pois, como os senhores podem perceber, somos de opinião que as definições e opções governamentais devem se apoiar em premissas filosóficas autenticamente humanistas, fruto de uma tomada de consciência precisa do papel a ser desempenhado pelo Estado para intervir, de modo objetivo, como fator real de estímulo ao envolvimento da sociedade no processo desenvolvimentista.

Pode-se, na verdade, aprofundar o significado destas diretrizes, desvendar suas relações de interdependência, descobrir as dificuldades que se lhes opõem, estimar seu grau de factibilidade e determinar os meios para sua operacionalização.

3.3. CAMPOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO

A partir destas premissas, é possível iniciarmos a discussão sobre um modelo alternativo de desenvolvimento para o Estado, baseado em medidas que procuraremos agrupar em três campos estratégicos de atuação, ou seja, os campos da política urbana, da política industrial e da política agrícola.

No que se refere a uma Política Urbana, há que se ressaltar a grande polarização de Fortaleza no Estado, acentuada por fatores relativos à precariedade das condições de vida no campo e pelas facilidades decorrentes das melhorias dos sistemas de transportes e telecomunicações.

Este fluxo migratório acentuado para Fortaleza, não sendo absorvido pela Metrópole em termos de oferta de empregos industriais e comerciais e, muito menos, por equipamentos e serviços urbanos, tem configurado o fenômeno da “inchação” de nossa Capital, constituindo um dos problemas mais graves com o qual se defrontará a sociedade cearense nos anos 80.

A estratégia global para a intervenção neste problema envolve os seguintes desdobramentos:

- Em primeiro lugar, uma maior atuação do Governo no meio rural, visando a aumentar a oferta de empregos e a criar melhores condições de vida para os que lá habitam, incluindo-se uma intervenção decidida para atenuar os defeitos da estrutura agrária vi-

gente, a que atribuímos uma das causas básicas do êxodo rural.

- Em segundo lugar, consideramos imprescindível a formação ou o fortalecimento das cidades de porte médio, através da oferta de empregos e conforto urbano, funcionando estas cidades como barreiras à passagem dos migrantes diretamente do campo para a Metrópole.
- Em terceiro lugar, deve ser fortalecida a região metropolitana de Fortaleza, evitando-se que os seus problemas sejam, cada vez mais, agravados com o crescimento populacional, em progressivo desequilíbrio com as condições de emprego e conforto urbano.

Detalhando estas grandes linhas, recomendamos, no tocante aos núcleos urbanos, a implantação de uma política de industrialização com ênfase na maior oferta de empregos e a consolidação do nosso parque industrial, através da pequena e média empresa. Dentro da linha de uma nova política redistributiva, propomos que sejam orientados os estímulos governamentais para as indústrias tradicionais, notadamente as produtoras de bens de consumo popular, conferindo-lhes prioridades, quando da concessão da isenção e de incentivos fiscais e financeiros.

Também, nesta mesma linha, deverá o apoio governamental voltar-se, também, para as micro-empresas e para a valorização de pequenos negócios. Isso seria feito, através de um elenco de medidas, quer na área fiscal, quer na área creditícia, como garantia de apoio à sua capitalização, ampliação de assistência técnica, reservas de mercados etc. As pequenas e médias empresas representariam elemento crucial no modelo proposto.

Um antigo e renovado enfoque, na área da industrialização, é o “sistema de produção domésti-

ca". Nesta alternativa, as indústrias de montagem e fabricantes de vestuário, por exemplo, transferem estágios específicos de sua produção para confecção na própria casa do operário. As vantagens deste sistema seriam menores gastos com infra-estrutura, utilização de mão-de-obra em tempo parcial e aproveitamento da força de trabalho feminino ociosa.

Porém, achamos imprescindível que, ao lado destas medidas, se busque, também, o desenvolvimento de projetos industriais de capital intensivo, mesmo porque eles têm grandes efeitos germinativos, produzindo resultados indiretos, que se refletem na oferta de emprego. Além disso, o capital da maioria desses projetos vem de fora da região e se não os apoiarmos eles se localizarão em outras áreas. Portanto, não devemos abandonar as tecnologias altamente eficientes e mesmo concentradoras, mas deveremos manter um controle social sobre elas, pois mesmo nestas tecnologias capital-intensivas é possível adaptar tecnologias que melhor se enquadrem na natureza dos nossos recursos regionais e que viabilizem, ao seu lado, o pequeno produtor e reduzam as exigências de custo energético.

Portanto, todo o apoio deverá ser prestado à continuidade de implantação do pólo metal mecânico e da siderúrgica, trazidos para o nosso Estado, graças ao empenho e esforço do Governador Virgílio Távora.

Deverá ser apoiada, igualmente, a iniciativa do Governo Federal de montagem de uma usina de beneficiamento de urânio e de aproveitamento do fosfato. Devemos lutar, ainda, para que uma refinaria seja instalada no Ceará, face à estrutura já existente (usina de asfalto) e às promissoras expectativas de aumento de nossa produção de petróleo.

O Terceiro Pólo Industrial deverá ser consolidado, pois se trata de um compromisso não somente de uma administração estadual, mas da Nação Brasileira para com o Ceará, que virá, efetivamente,

promover a diversificação da indústria estadual com ênfase no setor metal mecânico e noutros ramos, como o petroquímico e o de bens de consumo, tais como o têxtil, confecções, couros e calçados, alimentos, cerâmicos e outros.

Por último, ainda, quanto à indústria, sugerimos que seja estudada uma modificação institucional da política industrial para o Estado, de modo a favorecer os objetivos da descentralização das atividades econômicas em Fortaleza e da ampliação dos efeitos multiplicadores intra-regionais.

Ainda, como forma de geração do aumento de ocupação, principalmente nos centros urbanos, lembraríamos a implantação de mecanismos de organização dos setores informais, de maneira que os seus ganhos beneficiem mais diretamente às massas subempregadas. Concretamente, sugerimos o apoio às pequenas empresas comunitárias de serviços, de artesanato etc., bem como a organização dos artesãos em espécie de cooperativas ou empresas similares e dos limpadores de carro, biscateiros etc. Por sua vez, as empresas de serviços, que fornecem empregados às grandes firmas da indústria, comércio e finanças, poderiam não ser individuais, dando grandes lucros, apenas, aos seus criadores, ao contrário, deveriam ser organizadas comunitariamente, de modo que os benefícios fossem distribuídos mais amplamente entre as populações hoje marginalizadas.

Meus Senhores,

O bem-estar imediato, ora proposto, tem na alimentação, talvez, a mais premente das necessidades do homem. O mais comum dos instrumentos, o mais seguro dos caminhos para atender estas necessidades é a geração de empregos. A política de industrialização e a organização dos setores informais, como propostas, ao lado de um programa de

núcleos urbo-agrírios e do projeto ANTI-SECA, poderão, a longo prazo, atenuar os graves problemas de nutrição que se observam no Estado. Entretanto, neste setor de alimentação, sugerimos que, de imediato, sejam revistas as atuais condições de tributação incidentes sobre os gêneros alimentícios de primeiríssima necessidade. A concessão de subsídios à produção e uma atuação mais efetiva do Poder Público no processo de comercialização de alimentos básicos seriam, também, fatores relevantes no esforço de redução dos seus preços ao consumidor. A perda de receita dos Estados e Municípios, com a isenção tributária para tal fim, seria compensada com o aumento proporcional de transferências da União aos Estados. Estas poderiam ser financiadas com o produto da elevação de alíquotas do IPI para bens de luxo, especificamente, carros, cigarros, bebidas, além de recursos que adviriam das tributações mais progressivas sobre a renda, do imposto sobre heranças e doações, da tributação do lucro sobre o capital, como decorrência de reformas tributárias, que deveriam ser realizadas.

A distribuição gratuita dos gêneros alimentícios a gestantes e nutrízes e a ampliação das faixas de atendimento dos programas do tipo merenda escolar, alimentação no trabalho, entre outros, seriam uma exigência desta nova orientação.

Ainda, com relação à intervenção nos núcleos urbanos, no que se refere à indução de cidades de porte médio, consideramos que, em algumas áreas do Estado, notadamente na Região Sul e na Região Norte, já existem as condições mínimas para a promoção de pólos urbanos regionais de maior expressividade, através de programas específicos de geração de empregos, implantação de núcleos habitacionais integrados e de utilização plena dos equipamentos urbanos já existentes.

No campo habitacional e com ênfase ao caso de Fortaleza, a implementação de novos conjuntos

dar-se-ia nos vazios urbanos, adotando-se modelos de menor escala, prevenindo contra as distorções geradas na estrutura urbana de Fortaleza e os graves problemas daí decorrentes, notadamente quanto a transportes coletivos e carência de infra-estrutura.

Prioridade seria dada à construção de casas para aquelas famílias que não estão sendo atendidas pelos tradicionais programas habitacionais. O acesso à casa própria poderia ser concretizado pela redução do custo do terreno, da infra-estrutura e da própria construção do imóvel. Quanto ao terreno, sugerimos que se crie, nas áreas urbanas, um fundo de terras para habitações populares. Os recursos seriam obtidos através da reserva, em favor do Poder Público, de um percentual adicional de área em novos loteamentos. Estas áreas seriam então negociadas pela entidade responsável pela construção de habitações populares. Com os recursos daí auferidos, a entidade adquiriria os terrenos necessários para as habitações populares. A infra-estrutura seria financiada com a destinação do aumento do IPTU, oriundo de uma progressiva taxaçoão de terrenos desocupados, e de recursos orçamentários. O financiamento da construção da casa ocorreria a juro zero e a correção monetária seria pela metade ou de 70% da cobrada para os demais financiamentos e nula para os programas de desfavelamento ou urbanização de favelas, propostos pelos governos municipais ou estaduais. A cobertura de tal ônus seria feita com aplicação obrigatória pelos bancos sociais — Caixa Econômica e BNH — de parte de seus lucros anuais, bem como pelos fundos orçamentários para assistência social. O sistema MUTIRÃO deveria, também, ser acionado.

A implantação do sistema de tributação progressiva do IPTU, visando a evitar a retenção de terrenos vagos para fins especulativos, em localização comprometedora da viabilidade de programas

habitacionais, seria, portanto, necessária. Essa implantação teria validade até mesmo para a racionalidade da expansão urbana, e, de uma forma geral, incentivando ou desestimulando a localização de atividades, conforme modelo de organização espacial mais adequado para a cidade.

Mecanismo desse gênero, por exemplo, seria ainda utilizado na indução da localização de empregos, notadamente em função da maior proximidade de residências de população de baixa renda, atenuando, com isso, as pressões quanto à demanda por transporte coletivo urbano e aos efeitos do setor sobre o orçamento familiar dessas comunidades.

Na área dos transportes coletivos urbanos, a par de uma agressiva atuação do Governo na sua ampliação e melhoria, poder-se-ia implementar um subsídio ou auxílio de transporte aos trabalhadores, a ser pago pelas empresas e dedutível do IR, na forma de passes coletivos para as empresas de transportes, já, em operação.

Passando da cidade para o campo, ou melhor, para as pequenas comunidades rurais, propomos um programa de núcleos urbo-agrários, que se constituiriam na promoção simultânea do desenvolvimento de pequenas comunidades rurais, cuja sustentação econômica será feita com a semi-manufatura de bens, a partir de matérias-primas locais. Tais comunidades também gerariam empregos e fixariam a população no campo e na periferia imediata das pequenas cidades e vilas.

A estratégia básica da criação dos núcleos urbo-agrários, ora sugerida, considera, como parte fundamental, que o valor adicionado pelo processo de industrialização deve ter a participação da comunidade rural, através de modalidades organizacionais de empresas que permitam esta apropriação. A localização das empresas deverá se dar em pequenas cidades, comunidades rurais ou no pró-

prio campo, quando as conveniências técnicas e econômicas assim o permitam.

A natureza e os tipos de indústrias rurais devem ser definidos em função das potencialidades agropecuárias, da localização e complementariedade de atividades econômicas, bem como das oportunidades econômicas existentes no interior. Assim, as atividades industriais tanto poderão ser agroindustriais, como de produtos neutros, desvinculados da agricultura. Como exemplo, citaremos pequenas agroindústrias de secagem de grãos e pré-processamento de frutos; ramos industriais que utilizem recursos minerais e vegetais locais; pequenas indústrias de vestuário, calçados, produtos de alumínio, utensílios de cerâmica etc.

O objetivo do Programa de Núcleos Urbo-Agrários seria, portanto, aumentar o nível de renda e o padrão de vida da população rural, oferecendo empregos produtivos, distribuição de renda mais adequada e motivo de satisfação e qualidade de vida nas comunidades rurais, que justifiquem a redução do êxodo para a grande cidade.

No que se refere a uma Política Agrícola para o Estado, há que, de antemão, se ressaltar os graves problemas do setor, decorrentes do semi-árido no Ceará, que envolve 80% do território estadual.

Por outro lado, a má distribuição de chuvas, que caracteriza o semiárido, e o recrudescimento destes problemas, como consequência de freqüentes períodos de seca, exigem a adoção de modelos de desenvolvimento agrícola adequados a estas peculiaridades ambientais.

A nossa proposta é a oferta de água, água e mais água e a criação de estabelecimentos agrícolas anti-seca.

Neste contexto, defendemos a ampliação da nossa atual rede de açudes, através do incentivo à construção de grandes, médios e pequenos reserva-

tórios. Da mesma forma, há que se executar, também, um amplo programa de aproveitamento das águas subterrâneas da região, perfurando-se poços artesianos, em pequenas e grandes profundidades. Desde que estejam garantidos os recursos hídricos, a agricultura local poderá ser orientada ou reorientada, através do crédito seletivo e de outras medidas de incentivo, sobretudo, para as lavouras mais resistentes ao clima, ou seja, o sorgo, ao invés do milho, e, no caso da pecuária, o caprino mais do que o bovino, e assim por diante.

Dentro desta orientação, seria selecionado um grande número de pequenas propriedades, tendo como base de apoio os núcleos do Projeto Sertanejo, onde seriam testados o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias apropriadas de manejo da água e o estabelecimento de sistemas de produção menos vulneráveis aos efeitos das constantes estiagens na região.

O objetivo seria concretizar soluções técnicas de extrema simplicidade, mas de alta eficiência, e economicamente viáveis, que socializem ao máximo os benefícios, evitando-se as propostas usuais de custos elevados, que equacionam em áreas inexpressivas os problemas de poucos.

Nas pequenas propriedades, seriam testados vários modelos de exploração, com base em área irrigada de dois hectares, em média, associada a cultivos de sequeiro.

Os sistemas de irrigação adotados seriam a mini-aspersão, sulco ou inundação, localizado xiquexique (processo novo desenvolvido pela SUDENE), jato pulsante, gotejamento, cápsulas porosas e outros. A fonte energética utilizada seria basicamente a eletricidade e, como fontes alternativas, seriam construídos cata-ventos, biodigestores e gaseificadores. As propriedades seriam, também, reflorestadas com essências nativas e com algaroba. Seriam, igual-

mente, incentivadas a apicultura, a aquíicultura e a ovino-caprino-cultura. Com esta soma de atividades, teríamos a longo prazo constituído uma verdadeira bateria de propriedades ANTI-SECA, diminuindo em muito a vulnerabilidade da região e os graves problemas sociais gerados pelo fenómeno.

Considerações Finais

Senhores,

Quando afirmamos nossa convicção de que a política de desenvolvimento estadual formulada é viável, não estamos dizendo que sua viabilização seja fácil. As decisões políticas necessárias, para concretizar determinadas mudanças de enfoque e um maior aporte de recursos, irão, provavelmente, ferir interesses poderosos, cuja capacidade de reação não podemos ignorar, nem desprezar.

E, dentro desse contexto, é forçado reconhecer que a centralização administrativa e de planejamento, adotada no País nos últimos anos, se, por um lado, trouxe alguns benefícios, por outro reduziu, em muito, o poder de decisão dos Estados e Municípios.

E essa administração à *distância*, com a centralização das decisões em Brasília, fez com que muitos Estados e Municípios tivessem que aceitar programas não prioritários e não totalmente coadunados às suas próprias realidades.

Houve, em conclusão, um enfraquecimento do poder financeiro das várias unidades e, em conse-

qüência, de sua capacidade de tomar decisões e de selecionar suas propriedades.

Assim, importará saber como atingir tais objetivos num quadro de crise de âmbito nacional, com o centralismo das decisões a nível do Governo Federal e com a marginalização do Nordeste em relação aos favores concebidos ao Centro-Sul. Tudo isso tende a favorecer a redução da autonomia das lideranças locais, contra o que indicamos, como medida salvadora, a união maciça de todos os segmentos da sociedade nordestina.

Acontece que, por formação, somos um povo otimista e, sobretudo, reconhecidamente criativo. Pensar que a realidade social do futuro será um simples desdobramento do passado representaria uma atitude contrária a essa tradição, pois ninguém pode ignorar que a História é um processo aberto, em que as próprias frustrações funcionam como estímulo para as conquistas reparadoras.

Não devemos esquecer que vivemos num País em formação, em que as mudanças terão que acontecer, seja por necessidade de adaptações ou por força de circunstâncias antepostas à evolução do processo em curso. E nisso, a exemplo do que fizeram nossos antepassados, a geração presente obriga-se a assumir um compromisso com o futuro, em função do qual se tornará possível uma mobilização, em sentido convergente, tendo como objetivo fundamental a mudança da fisionomia econômica e social do Nordeste e, de modo particular, do nosso Estado.

Além disso, o que hoje se pode sentir é que a sociedade brasileira anseia por um modelo de desenvolvimento descentralizado. O pluralismo que desejamos não é, apenas, em termos de abertura política. Ele abrange todas as dimensões da sociedade e todas as formas de poder: o poder econômico, numa economia de mercado; a estrutura social e a distribuição de renda; os organismos sindicais; os

mecanismos de comunicação de massas; e o poder econômico das regiões, dos estados e dos municípios, para o relativo equilíbrio dentro da Federação.

Na obtenção deste equilíbrio, ressalta, preponderante o papel do município, que, no futuro, não deverá depender unicamente de decisões exôgenas. Há muito o que fazer no âmbito exclusivamente municipal e, portanto, devem ser instituídos mecanismos institucionais duradouros que recobrem o poder do Prefeito e a autonomia do município. Só assim, se terá condições de fazer um desenvolvimento que atenda às aspirações legítimas das comunidades.

Por tudo que foi aqui exposto, é que defendemos a mobilização e a ação política, como única forma de conquistarmos as decisões necessariamente políticas em favor de nossa região, com o alcance da unidade, em torno de pontos de vistas comuns, estamos convencidos de que a atuação não deve ficar restrita a nível dos políticos do Estado e da região, mas deve mobilizar todas as forças vivas, como o nosso empresariado, a imprensa, a Igreja, os sindicatos, a opinião pública das cidades e dos meios rurais.

Dentro desse contexto, condições especiais deverão ser proporcionadas à ascensão das lideranças emergentes do nosso país, que poderiam, sem sombra de dúvida, contribuir de maneira mais efetiva para a solução do impasse, em que nos encontramos.

Ressalte-se, ainda, na perseguição desse objetivo, a absoluta necessidade de se garantir, através de todos os segmentos da sociedade, na definição dos caminhos que o país deverá percorrer, na busca de uma maior justiça social.

Somente assim poderemos avançar, mesmo que seja passo a passo, mas consolidando cada conquista que obtivermos, por menos relevante que possa parecer de imediato.

Meus Senhores,

Investidos na dupla condição de povo e de Nação, vivemos um desses raros momentos históricos, em que o destino parece oscilar em função dos nossos próprios impulsos. Por isso, achamos que do vigor de nossas intenções vai depender o rumo das coordenadas futuras. Convirá, portanto, que sabíamos comandar a nave e acompanhar as direções do vento com o destemor dos pioneiros, pois nada será impossível para aqueles que aspiram às grandezas do porvir.

Estamos convictos de que uma nação só pode medir a sua força, quando se vê obrigada a enfrentar os grandes desafios. Há pouco mais de cinqüenta anos, um Presidente da República proclamava que a "questão social" era um caso de polícia. Foi apeado do poder por uma revolução vitoriosa que, numa antítese eloqüente, propunha-se a enaltecer os valores sociais.

Nos dias de hoje, aquela leviana afirmação seria ainda mais odienta, pois, desde então, consolidou-se em nossa consciência a suprema convicção de que está de todo afastada a possibilidade de um retrocesso ou mesmo estagnação nas conquistas sociais do povo, havidas a duras penas, malgrado reconhecermos todos ser imperiosa e urgente uma reformulação dos processos atuais de distribuição da riqueza e da ampliação dessas conquistas, sobretudo, tendo-se em vista a inadiável necessidade de um redobado esforço contra as flagrantes e odiosas desigualdades entre regiões e pessoas, que continuam maculando nossa vida de nação livre e soberana.

E porque ainda assim acontece, não vemos outra saída para mudar esse panorama, senão a deflagração pacífica de uma nova revolução, embasada na irredutível vontade coletiva de erradicar todo o privilégio, seja por razões geográficas, tratando-se

de regiões, seja por motivos sócio-econômicos, no caso de pessoas.

E este, senhores, é o momento de nos unirmos para realizar esta revolução, pela qual toda a comunidade nordestina anseia, para, assim, podermos legar aos nossos filhos uma sociedade mais forte e uma região menos dependente.

Não há dúvida que a história haverá de exigir de todos nós brasileiros, em forma de prestação de contas, o balanço dos resultados de todas as oportunidades que tivemos e que, por acaso, desperdiçamos.

Cumpre-nos, portanto, reunir todas as nossas forças, para que possamos edificar a pátria grandiosa com que sonhamos. E, nesta hora, será para o Nordeste que deverá se voltar o nosso pensamento, porque neste solo de heróicas tradições serão enterrados todos os nossos sonhos ou enaltecidas todas as nossas grandes vitórias.



Composto e Impresso
na *Imprensa Universitária*
da Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2932, Caixa Postal, 2.600
Fortaleza Ceará Brasil

